

## **A artesanaria no apoio à inclusão para problematizar processos de normalização e de in/exclusão: um estudo de revisão bibliográfica**

*Xenia Letícia Aguiar de SOUZA<sup>1</sup>*

*Sandra Monteiro LEMOS<sup>2</sup>*

*Helena Venites SARDAGNA<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

O artigo ora apresentado traz uma revisão bibliográfica que teve o objetivo de analisar discussões que problematizam o discurso da não aprendizagem e os processos de normalização e de in/exclusão. Buscamos pensar os serviços de apoio à inclusão por meio do trabalho cooperativo (com o outro e não para o outro) como uma artesanaria, sob inspiração em Richard Sennet. Os resultados são discutidos em três eixos: processos de subjetivação e normalização; políticas educacionais e processos de in/exclusão; estratégias para a aprendizagem. Os estudos enfatizam que os espaços educacionais precisam constituir olhares de acolhida à alteridade e reforçam a problematização do caráter produtivo dos discursos pró-inclusão, que, em nome do sucesso escolar, conduzem os percursos dos sujeitos na escola e na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aprendizagem. Discurso. Processos de subjetivação.

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação. Professora na Secretaria de Educação de Novo Hamburgo (SMED/NH) - Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP). <https://orcid.org/0009-0009-5155-279X>.

E-mail: [xenia-souza@uergs.edu.br](mailto:xenia-souza@uergs.edu.br)

<sup>2</sup> Doutora Educação. Professora na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS. <https://orcid.org/0000-0003-3517-1953>.

E-mail: [sandra-lemos@uergs.edu.br](mailto:sandra-lemos@uergs.edu.br).

<sup>3</sup> Doutora em Educação. Professora na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. <https://orcid.org/0000-0002-6175-9542>.

E-mail: [helena-sardagna@uergs.edu.br](mailto:helena-sardagna@uergs.edu.br).

# **Craftsmanship in support of inclusion to problematize processes of normalization and in/exclusion: a literature review study**

*Xenia Letícia Aguiar de SOUZA*  
*Sandra Monteiro LEMOS*  
*Helena Venites SARDAGNA*

## **ABSTRACT**

This article presents a literature review aimed at analyzing discussions that problematize the discourse of non-learning and the processes of normalization and in/exclusion. We seek to consider inclusion support services through cooperative work (with others, not for others) as a craft, inspired by Richard Sennett. The results are discussed along three lines: processes of subjectivation and normalization; educational policies and processes of in/exclusion; and strategies for learning. The studies emphasize that educational spaces need to foster welcoming perspectives on otherness and reinforce the problematization of the productive nature of pro-inclusion discourses, which, in the name of academic success, guide individuals' paths in school and society.

**KEYWORDS:** Learning. Discourse. Processes of subjectivation.

## **Artesanía en apoyo de la inclusión para problematizar procesos de normalización e in/exclusión: un estudio de revisión de la literatura**

*Xenia Letícia Aguiar de SOUZA*

*Sandra Monteiro LEMOS*

*Helena Venites SARDAGNA*

### **RESUMEN**

El artículo aquí presentado trae una revisión bibliográfica que tuvo como objetivo analizar discusiones que problematizan el discurso de la falta de aprendizaje, los procesos de normalización y de in/exclusión. Buscamos pensar los servicios de apoyo a la inclusión a través del trabajo cooperativo (con el otro y no para el otro) como artesanía, inspirado en Richard Sennet. Los resultados se discuten en tres ejes: procesos de subjetivación y normalización; políticas educativas y procesos de in/exclusión; estrategias para el aprendizaje. Los estudios enfatizan que los espacios educativos deben brindar visiones que acojan la alteridad y refuercen la problematización del carácter productivo de los discursos pro-inclusión que, en nombre del éxito escolar, conduzcan los caminos de los sujetos en la escuela y la sociedad.

**PALABRAS CLAVE:** Aprendizaje. Discurso. Procesos de subjetivación.

## Introdução

Ao longo da história, o estudante foi sendo narrado e classificado por diferentes saberes e conceitos, especialmente em um tempo regido por uma norma que marcou as instituições a partir da Modernidade. Desde bem pequenos, os sujeitos escolares são enquadrados em categorias espaço-temporais, e são constantes as tentativas de disciplinar alguns comportamentos que se deseja conjurar. Segundo Varela (1999), desde então os alunos têm cada vez menos controle sobre sua aprendizagem, ao passo que os mestres e especialistas conhecem e conduzem cada vez mais os seus progressos ou retrocessos. Essa prática chega à escola contemporânea.

Em diferentes contextos institucionalizados existem os não aceites de uma criança, porque ela não “cabe” dentro da normalidade idealizada, carregando um *checklist* de não alcances (não sabe, não ouve, não para quieta, não respeita). Porém, diante de tantos sujeitos afirmando o que cada criança é ou deixa de ser, a provocação é para que problematizemos o uso de tantos imperativos relacionados aos alunos categorizados “com deficiência” na escola e na sociedade. Um desses imperativos é a inclusão escolar, analisada por Lopes e Rech (2013, p. 210) como “um conjunto de práticas (bio)políticas que visam normalizar as condições de vida, acessos e fluxos no interior da população”. As autoras enfatizam que a emergência da inclusão na política passa a figurar como um imperativo de Estado que se impõe à população por meio da participação no contexto social e econômico.

Nessa perspectiva, colocamos em suspeição os discursos deterministas, problematizando os propósitos constantes de correção dos sujeitos, com seus padrões de normalidade já tão exigidos dentro da cultura no contexto social. Assim, questionamos o seu caráter naturalizador — social e escolar — quando essa inclusão e seus respectivos usos “afinam-se tanto com a lógica do binário moderno inclusão × exclusão quanto com a lógica contemporânea em que a inclusão funde-se com a exclusão” (Veiga-Neto; Lopes, 2011, p. 125). Por este motivo os autores grafam a palavra como in/exclusão, que “se caracteriza pela presença de todos nos mesmos espaços físicos e pelo convencimento dos indivíduos de suas incapacidades e/ou capacidades limitadas de entendimento” (Veiga-Neto; Lopes, 2011, p. 131). Esse binarismo faz parte de uma mesma lógica, pois o processo de in/exclusão é permanente (Lopes; Fabris, 2013).

Compreendemos a aprendizagem como um processo complexo, que envolve relações de poder-saber, ao concordar que:

SOUZA; LEMOS; SARDAGNA

A aprendizagem só ocupa a centralidade que é atribuída a ela nos dias de hoje porque ela não se relaciona mais, apenas, aos conhecimentos escolares como eram tradicionalmente definidos, mas a formas de vida, ou seja, ela incorpora as maneiras pelas quais cada sujeito se torna capaz de governar a si mesmo. Esse governo de si só pode acontecer mediante a construção de determinadas aprendizagens. Essa é a forma de governo contemporâneo: um governo pela aprendizagem. (Lockmann, 2014, p. 291).

Nessa perspectiva, o texto aqui compartilhado trata de uma revisão de literatura que se propôs a analisar discussões sobre o discurso da não aprendizagem e os processos de normalização e de in/exclusão. Ao problematizar esse discurso, o estudo considerou o fazer cooperativo (com o outro, e não para o outro) em processos de artesanaria, sob inspiração em Richard Sennett (2013, 2019). Para o autor, não se trata de uma simples imitação, pois a artesanaria é um processo de criação que necessita de habilidade e lentidão. “A lentidão do tempo artesanal também permite o trabalho de reflexão e imaginação – o que não é facultado pela busca de resultados rápidos” (Sennett, 2019, p. 328). O autor ainda chama atenção para que haja uma ética a toda a criação, que eleve as relações sociais e não cause prejuízo ao outro ou ao meio.

A revisão de literatura resultou de um estudo bibliográfico em dois repositórios nacionais, com o recorte temporal de cinco anos, cujo levantamento agregou 11 artigos. Esse levantamento possibilitou uma discussão que contribui para problematizar os processos de normalização e de in/exclusão e para fomentar a artesanaria no apoio à inclusão.

## **Percurso da revisão de literatura**

A investigação se deu nos repositórios de trabalhos Portal *Google Acadêmico* e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre os anos de 2019 e 2022, sendo incluído um artigo de 2017, por abordar a não aprendizagem na relação com os processos de subjetivação e normalização em um contexto de escola pública<sup>4</sup>. Os descritores para a busca foram os seguintes: aprendizagem; artesanaria; processos de normalização; in/exclusão; apoio à inclusão. A busca considerou textos que contivessem todos ou a maioria dos descritores combinados, mas nenhum deles obteve mais do que dois dos cinco descritores. Outro

---

<sup>4</sup> Por haver poucos estudos com os descritores combinados no recorte temporal de 2019 a 2022, foi expandida a busca para 2017. Após a leitura do resumo e do texto na íntegra, optou-se por incluir o estudo de Raquel S. da Silva (2017), pelas aproximações com a pesquisa ora descrita.

A artesanaria no apoio à inclusão para problematizar processos de normalização e de in/exclusão: um estudo de revisão bibliográfica  
critério de busca foi a relação com o referencial teórico dos estudos pós-estruturalistas ou de análise cultural.

Os critérios para a exclusão de trabalhos foram a ênfase em áreas que não fossem da educação (saúde, serviço social ou outra) e a análise de um recorte específico, como a experiência do uso de Braille e o estudo de escola indígena. A opção pelos descritores mencionados acima se deve ao exercício problematizador das práticas de apoio à inclusão no contexto educacional, que incidem sobre os sujeitos muito mais para que os alunos possam ser mais bem “ajustados” ao meio do que para permitir um percurso de devir ao estudante.

A primeira busca foi realizada no Portal *Google Acadêmico*, onde foram encontrados 4.870 resultados contendo um dos cinco descritores. Ao analisar os títulos em busca da combinação de pelo menos dois descritores, foram escolhidos quatro estudos que se mostraram mais relevantes a partir dos títulos e resumos, além de contemplarem a área de Educação/Ciências Humanas, com foco nos processos de inclusão em instituições educacionais. Após esse movimento inicial de seleção, também foi realizada a busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Utilizando os mesmos critérios, o resultado obtido foi de 1.781 trabalhos contendo um dos cinco descritores. Destes, foram escolhidas mais sete pesquisas que atenderam aos critérios estabelecidos.

Os estudos estão apresentados na ordem do exercício analítico, o que gerou três eixos: processos de subjetivação e normalização; políticas educacionais e processos de in/exclusão; estratégias para a aprendizagem. A seguir, o Quadro 1 apresenta a relação dos títulos dos estudos levantados, acompanhados dos respectivos autores e de outras informações pertinentes.

**Quadro 1:** Estudos analisados para este artigo.

Ano	Natureza	Fonte	Título	Autor(a)
<b>Eixo 1: Processos de subjetivação e normalização</b>				
2017	Dissertação de Mestrado	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	A constituição do sujeito aluno no espaço escolar: processos de subjetivação e de inclusão	Raquel Souza Silva
2019	Dissertação de Mestrado	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	O Projeto Acreditar é investir: os processos de in/exclusão e as estratégias de governo no CAIC/FURG	Guilherme Botelho Chagas
2019	Dissertação de Mestrado	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	Aprender com a diversidade: narrativas de um corpo para além da sala de aula	Kácio dos Santos Silva

2020	Dissertação de Mestrado	Portal Google Acadêmico	Educação inclusiva: a deficiência como resistência acontecimental	Bruno Leonardo Galdino de Azevedo
2022	Dissertação de Mestrado	Portal Google Acadêmico	O que pode a escola? Um olhar sobre práticas inclusivas e vidas vulnerabilizadas	Katiâni do Carmo Lazzarotto
<b>Eixo 2: Políticas educacionais e processos de in/exclusão</b>				
2019	Dissertação de Mestrado	Portal Google Acadêmico	Biopolítica e Educação: desafios da inclusão escolar das pessoas com deficiência no neoliberalismo	Maria Angélica Pereira Matos
2020	Dissertação de Mestrado	Portal Google Acadêmico	Política Pública de Educação Inclusiva: estratégias e visibilidades presentes em sua efetivação	Patrícia de Andrade de Oliveira Vicente
2021	Dissertação de Mestrado	Portal Google Acadêmico	Educação especial e políticas públicas: construindo narrativas sob a perspectiva dos estudos culturais	Márcia Capellini
<b>Eixo 3: Estratégias para a aprendizagem</b>				
2019	Dissertação de Mestrado	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	Dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental: análise dos encaminhamentos escolares à equipe multidisciplinar da Educação	Patrícia Aparecida Stürmer
2019	Dissertação de Mestrado	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	Criança e Subjetividade: um estudo sobre a prática pedagógica na mediação do conhecimento escolarizado	Sirlane de Jesus Damaceno Ramos
2022	Tese de Doutorado	Portal Google Acadêmico	Por uma inclusão escolar artesanal: para além da técnica, uma ética educativa	Verônica Gomes Nascimento

**Fonte:** autores (2023).

A seguir, descrevemos as produções elencadas, na mesma sequência do agrupamento em eixos referidos anteriormente, conforme a disposição do Quadro 1. Além disso, trazemos a discussão gerada a partir da articulação entre os estudos.

## **Processos de subjetivação e normalização**

Esta seção trata do primeiro eixo identificado no exercício de análise, que discute os processos de subjetivação e normalização, com cinco estudos relacionados (Azevedo, 2020; Chagas, 2019; Lazzarotto, 2022; Silva, 2017; Silva, 2019). Esses estudos contribuem para compreender e problematizar os processos de subjetivação que constituem as práticas escolares e, ao mesmo tempo, questionar o caráter normalizador que também se mostra nos processos inclusivos.

Integrando este primeiro eixo, o estudo “A constituição do sujeito aluno no espaço escolar: processos de subjetivação e de inclusão” (Silva, 2017) teve como objetivo discutir os processos de subjetivação do aluno com deficiência/dificuldades na escola. A pesquisa de campo ocorreu em uma escola pública estadual da rede regular de ensino de Cametá/PA, com 37 visitas à escola, no período de novembro de 2015 a julho de 2016. Nessas visitas ocorreram momentos de observação, participação coletiva em sala de aula e trabalho com os alunos, sendo o diário de campo utilizado como instrumento de coleta de dados. O estudo buscou em Foucault suas referências teóricas.

Desafiada a olhar para os processos de inclusão, a pesquisadora realizou seu estudo na escola Parque do Sol, por ser um espaço onde já se tecia um trabalho pela via da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Sua pesquisa apresenta a empiria na articulação com referenciais que contribuem para problematizar os processos de subjetivação. Silva (2017) também instiga a pensar outras formas de perceber o aluno (em especial, os alunos com deficiência/dificuldades na escola). O estudo sugere a necessidade de a escola constituir-se capaz de reinventar outras relações, buscando romper com o poder disciplinar e se desafiar a outros processos de subjetivação de “ser aluno”, pois o espaço escolar ainda produz processos normalizadores, replicando o encarceramento do sujeito.

O estudo traz uma discussão potente para os propósitos deste artigo, por tensionar dois pontos importantes. Um deles tem a ver com movimentos para desafiar processos de subjetivação; o outro, com práticas para reinventar novas relações e contestar processos normalizadores que podem estar constituindo classificações relacionadas ao desenvolvimento cognitivo.

A pesquisa de Chagas (2019) aborda as políticas sociais e problematiza as estratégias de governo na constituição de um projeto social desenvolvido no âmbito do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC). Tem como título “O Projeto Acreditar é investir: os processos de in/exclusão e as estratégias de governo no CAIC/FURG”. O autor embasa a sua



pesquisa no trabalho de Michel Foucault e alguns de seus estudiosos para tecer uma análise de aspectos históricos das políticas públicas que viabilizaram a existência de projetos como aquele que é a base da sua pesquisa — e cujos efeitos na vida dos jovens estudantes busca compreender. O estudo analisou documentos que regulamentam o surgimento e funcionamento do CAIC/FURG, além de realizar entrevistas semiestruturadas com funcionários e ex-funcionários, bem como redes de narrações com os adolescentes que participaram do referido projeto.

O pesquisador propõe ainda uma análise social do projeto, compreendendo suas práticas no contexto do biopoder. Ele compreende que esse programa desenvolve ações de in/exclusão que intensificam as funções da escola e instigam a produção de sujeitos flexíveis, que possam inserir-se no contexto econômico e neoliberal. A partir do referencial adotado, Chagas (2019) passou a problematizar a inclusão como benevolência e compreendê-la como estratégia biopolítica para a condução dos sujeitos. Logo, os projetos sociais, muitas vezes, constituem estratégias de governo (determinando e conduzindo ações e comportamentos por meio de práticas que se ramificam em diferentes contextos).

O estudo de Chagas (2019) traz relevantes contribuições para reafirmar as problematizações quanto aos processos de in/exclusão que permeiam os espaços educacionais, por meio de práticas que se supõem inclusivas. Também reafirma as discussões quanto às formas de subjetivação e de condução de corpos e mentes na escola.

A pesquisa intitulada “Aprender com a diversidade: narrativas de um corpo para além da sala de aula” (Silva, 2019) parte da seguinte problemática: como corpos subalternizados podem narrar suas próprias experiências de superação no ensinar/aprender em contextos escolares e não escolares? A investigação toma como base o próprio pesquisador e sua história de vida até sua prática profissional (utiliza-se de quatro memórias/histórias), inspirado em estudos de Michel Foucault.

Por meio de uma pesquisa narrativa, o autor declara que “todo corpo não só pode falar, mas também possui lugar de fala” (Silva, 2019, p. 15). Assim, usa de seu privilégio de poder escrever para “exercer a fala de todo um grupo social subalternizado”. Ele descreve algumas reflexões para abordar os padrões socialmente aceitos, contestando-os. Além disso, aborda a importância do lugar que ocupa a escola na construção da subjetividade e afirma que “é nela que construiremos (ou não) estereótipos e relações mais igualitárias (sem negar as diferenças), na intenção de combater as práticas discriminatórias” (Silva, 2019, p. 31). O pesquisador salienta que a escola pode instigar práticas que promovam outros modos de fazer e pensar o corpo — ao mesmo tempo, essas práticas são oportunidade de resistência.

A artesanania no apoio à inclusão para problematizar processos de normalização e de in/exclusão: um estudo de revisão bibliográfica

A referida pesquisa se aproxima dos propósitos desta revisão ao questionar padrões que se pautam numa normalidade branca para pensar e inventar outros modos de se constituir na escola, por meio de narrativas locais e de histórias singulares. A pesquisa ainda contribui para evidenciar processos de in/exclusão que ficam invisibilizados no discurso da inclusão.

A próxima obra intitula-se “Educação inclusiva: a deficiência como resistência acontecimental” (Azevedo, 2020) e trata do tema da deficiência e suas implicações no cenário educacional brasileiro, enfatizando o problema da inclusão como dispositivo de biopolítica. Traz como referencial teórico os filósofos franceses Michel Foucault e Gilles Deleuze. Em sua análise, destaca que o saber-poder reverbera nesse espaço de sujeição e atua dentro da Educação com a força da institucionalização, ao mesmo tempo em que valoriza o processo inclusivo e os alcances atingidos pelos indivíduos que, durante muito tempo, ficaram à margem das políticas públicas.

O pesquisador relata que, diante da intensidade dos conflitos, há cada vez mais a necessidade de repensarmos a forma como as relações humanas se estabelecem, e afirma ainda que é urgente analisarmos o aspecto que nos coloca como “incluídos” na sociedade contemporânea. “O curioso é que o processo inclusivo é a própria forma de ressaltar as práticas de exclusão, demonstrando quem estava ou está fora, ou quais os parâmetros para se ‘fazer dentro’” (Azevedo, 2020, p. 28).

Além disso, o autor convida a lançar um olhar sobre a escola a partir de um viés acontecimental, ou seja, dispor-se a pensar para além das verdades estabelecidas: pensar também a partir do diferente, do estranhamento do outro e de si, rompendo com os modelos identitários.

Esse estudo traz sua contribuição para o contexto da escola ao mostrar verdades que precisam ser abnegadas. Ademais, propõe a resistência à escola e a seus espaços de sujeição, assim como às narrativas do outro de maneira reducionista.

A pesquisa de Lazzarotto (2022), sob o título “O que pode a escola? Um olhar sobre práticas inclusivas e vidas vulnerabilizadas”, inspira-se em autores como o filósofo Michel Foucault e pesquisadores nacionais que embasam suas investigações nos estudos foucaultianos. O estudo ainda propõe a ressignificação sobre os sentidos de pesquisar “com”, e não “sobre” a escola.

Para a sua pesquisa, a autora realizou encontros com alunos egressos do 9º ano do Ensino Fundamental, quando buscou problematizar a inclusão escolar e a escola inclusiva na cidade de Santa Maria/RS, no contexto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Chácara das Flores. Segundo a pesquisadora, esta escola busca estar atenta a todas as vidas e singularidades, procurando escutar os sujeitos que a constituem. Em cinco capítulos, ela nos desafia a pensar sobre os processos de inclusão

dentro e fora da escola. Em suas análises, pretende evidenciar marcas deixadas em cada sujeito a partir das relações estabelecidas no contexto institucional.

Na ação estabelecida, a pesquisadora não traz essa escola como uma fórmula a ser copiada, mas como uma possibilidade de criar outros modos de estar na escola, de fazer parte dela e de ser visto nela — para além dos parâmetros normalizadores. Assim, supõe que a escola pode ser um espaço de promoção da vida e de fortalecimento da diferença no coletivo social.

Em suma, as discussões travadas pelos autores neste eixo não poupam questionamentos às práticas que narram a alteridade, conduzindo-as segundo regimes de verdade que se apresentam como naturalizados, necessários e benevolentes. Ao trazerem as problematizações, evidenciam também formas de resistir aos discursos constituidores de sujeições, valorizando práticas locais e contextuais, na contramão de discursos universalizantes, de modo a exercitar a diferença e se abrir para as singularidades.

A escola é o espaço legítimo para pôr em relevo tais questionamentos e se autorizar a inventar práticas de ensino menos referenciadas nas matrizes modernas da escola normalizadora, que, na contemporaneidade, acabam por buscar soluções por meio da pulverização de encaminhamentos aos serviços especializados.

## **Políticas educacionais e processos de in/exclusão**

Nesta seção está a discussão do segundo eixo, organizado a partir de três estudos relacionados (Capellini, 2021; Matos, 2019; Vicente, 2020). As pesquisas encontradas a partir dos descritores selecionados mostram-se como necessárias porque problematizam as políticas de inclusão, levando a uma reflexão sobre as relações que se estabelecem dia após dia, dentro e fora da escola. As leis existentes para a inclusão — ou as políticas para essa ação — não são suficientes para afirmarmos que agora “incluímos”, ou ainda, que a exclusão se mantém apenas nos fatos da história. A partir da ideia que temos da “diferença”, é possível que estejamos excluindo continuamente dentro de uma fala inclusiva, reproduzindo uma pedagogia do discurso, que “coisifica” o sujeito e alimenta práticas de normatização ao que socialmente ainda se declara/aponta como anormal. Compreendemos que só apresentar aspectos legais torna-se insuficiente: é preciso repensar o que perpassa nossos sentidos ao interagir com o(s) outro(s), e não para o(s) outro(s).

Na pesquisa intitulada “Biopolítica e Educação: desafios da inclusão escolar das pessoas com deficiência no neoliberalismo”, Matos (2019) analisou as problemáticas presentes nos discursos e nas práticas de inclusão escolar no contexto de educação neoliberal, assim como os caminhos possíveis

A artesanaria no apoio à inclusão para problematizar processos de normalização e de in/exclusão: um estudo de revisão bibliográfica para pensarmos em seus desafios atuais. Este estudo é baseado nos princípios de estudo genealógico de Michel Foucault e, ao se preocupar com a formação do sujeito, questiona o discurso de verdade em circulação e sua relação com a produção do saber-poder.

A referida pesquisa se utiliza de estudos para compreender como a inclusão começou a existir na Modernidade. Ela estabeleceu relação com algumas políticas de inclusão nacionais e internacionais, como a Declaração de Salamanca e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Matos (2019) afirma que tais políticas, embora contribuam para pensar a inclusão na escola comum, possibilitam outros modos de exclusão em curso. Nesse sentido, a pesquisadora descreve que o neoliberalismo surgiu como um mecanismo importante, fazendo com que os indivíduos pudessem “usufruir da liberdade” nos investimentos pessoais e transformando o discurso de inclusão em condição viável a isto. Com isso, alcançam a correção para conviverem em sociedade e podem se inserir no mercado de trabalho.

Ela ressalta que a educação especial constituiu um caminho em que as técnicas médicas se salientaram, neutralizando a possibilidade de se assumir efetivo compromisso com o direito à educação. Matos (2019, p. 15) pondera ainda que, na “conjuntura biopolítica, o jogo da vida perpassa por cálculos dos investimentos pessoais, em aperfeiçoamentos biológicos e aprimoramento dos déficits para conquistar um lugar no mercado de trabalho”. Nesse processo se instaura a racionalidade econômica que rege a vida, fazendo com que os sujeitos se moldem ao que é considerado normal e necessário.

O estudo de Matos (2019) nos auxilia a construir ferramentas para compreender o contexto contemporâneo da educação, ao estabelecer relação entre as políticas educacionais e a noção de biopolítica inspirada em Michel Foucault. O filósofo, ao analisar as formas de poder, mostra como se exerce um poder que, a partir do século XVIII, deixa de agir somente de forma individualizante e passa a se exercer também de maneira massificante, “que se faz em direção não do homem corpo, mas do homem - espécie (Foucault, 2002, p. 289). É a ação do biopoder que instiga o governo de todos e de cada um simultaneamente.

Nessa direção, a dissertação de Vicente (2020) apresenta um estudo que questiona como se estabelece a política de inclusão em escolas de um município de médio porte da região metropolitana de Porto Alegre/RS. A coleta de dados se deu por meio de um questionário on-line e por documentos pedagógicos das instituições participantes em três diferentes realidades: a Secretaria de Educação e

duas escolas do Ensino Fundamental do município. Participaram 21 pessoas que exercem diferentes funções pedagógicas nos contextos pesquisados.

Vicente (2020) buscou embasamento nos pensamentos de Michel Foucault e de alguns de seus estudiosos. No exercício analítico, evidencia práticas associadas ao governo da inclusão, cuja discussão se deu em dois eixos: discurso naturalizado para estratégias de condução dos estudantes; e visibilidades emergentes para a política de inclusão.

No percurso da investigação, a pesquisadora identificou marcadores que evidenciam a intervenção da saúde (argumentos clínicos e importância do laudo e da Classificação Internacional de Doenças - CID), bem como a condução das condutas do corpo docente e discente nas instituições observadas. O estudo ainda identificou que as estratégias para inclusão precisam superar vários desafios, como recursos materiais e pedagógicos, recursos humanos, problemas estruturais, barreiras entre escolas e famílias, e qualificação dos docentes. Por outro lado, compreendeu a educação contemporânea como uma forma de condução das massas, sendo os sujeitos escolares alvo de discursos classificatórios e de jogos políticos.

Em sintonia com o trabalho de Matos (2019), a pesquisa de Vicente (2020) também relaciona as políticas de inclusão ao guarda-chuva da biopolítica, embasada em Michel Foucault. Ambos os estudos contribuem para que compreendamos a escola no conjunto das técnicas de governo e de condução das massas, por meio dos discursos naturalizados sobre seus sujeitos.

Na pesquisa “Educação especial e políticas públicas: construindo narrativas sob a perspectiva dos estudos culturais”, Capellini (2021) apresenta uma pesquisa do tipo exploratória-descritiva em escolas da zona rural no município de Anastácio/MS. Participaram da pesquisa estudantes com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, os respectivos pais ou responsáveis, professores e gestores das unidades escolares nas quais os referidos estudantes encontram-se regularmente matriculados.

A pesquisadora percebeu a ausência de uma política e de um protocolo de atendimento para estudantes com deficiência na rede de ensino pesquisada. De acordo com Capellini (2021, p. 8), “uma das hipóteses é que as políticas existentes são reformuladas sob a lógica de quem não enxerga as pessoas com deficiência como sujeitos”. Seu principal objetivo foi analisar como acontece o processo de implementação de uma política através da construção de narrativas junto às vozes dos protagonistas sob a perspectiva dos estudos culturais, assim como qual o impacto causado no processo de aprendizagem desses estudantes.

A artefania no apoio à inclusão para problematizar processos de normalização e de in/exclusão: um estudo de revisão bibliográfica

Capellini (2021) ainda alerta para que as teorias não sejam recebidas como respostas prontas às nossas indagações, pois na Educação não se pode aceitar nada que se generalize. Ela declara que a deficiência é sempre vista do ângulo de muitas áreas, mas ainda não se discute sob o ponto de vista do próprio sujeito. Salienta também que os argumentos precisam ser estabelecidos com os próprios protagonistas — que são os alunos, os pais/responsáveis, os professores, os gestores e toda a comunidade escolar envolvida —, propondo assim a possibilidade de diálogos, e não monólogos. A pesquisadora evidencia práticas relacionadas à educação especial nas tratativas das políticas públicas que buscam a normalização como salvação ou solução para a questão das limitações impostas pelas deficiências (quando ela “chega primeiro”), colocando em cada sujeito o estereótipo de incapacidade como uma verdade massificante.

Nesse contexto, a pesquisadora encontrou um número expressivo de espaços institucionais que se prendiam a laudos e avaliações médicas para atender às crianças nas suas necessidades, tendo no professor apoiador as possíveis respostas para resolver “o desafio de incluir”. Assim, deu-se início à implantação do Núcleo da Educação Especial no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, que foi uma conquista obtida com o auxílio da pesquisa.

A pesquisa de Capellini (2021), no último texto do eixo das políticas educacionais e dos processos de normalização, problematiza o apoio à inclusão na escola no escopo das políticas educacionais. Todavia, não traz o contexto da biopolítica, mas analisa o contexto educacional com as ferramentas dos estudos culturais, o que possibilita no mínimo colocar em dúvida o caráter salvacionista do discurso pró-inclusão.

Os estudos deste eixo trazem fortes elementos para problematizar as práticas de in/exclusão que se entrelaçam no contexto escolar. Assim, identificar como estão acontecendo essas práticas em nosso meio e como cada sujeito vem sendo subjetivado e objetivado é uma tarefa necessária para os que estão nesses coletivos (em diferentes culturas). É nesta relação que podemos constituir novos encontros com o outro, na tentativa de se desprender das métricas que foram constituindo processos de invenção de um “fora” (anormal) para demarcar um “dentro”, a in/exclusão.

Dentro e fora da escola, a constituição de sujeito é continuamente envolvida em processos de significação que sofre influência de relações de poder. Por isso, problematizar diariamente as relações estabelecidas sob a “bandeira da inclusão” exige estarmos atentos aos discursos, já que estes se polarizam nas instituições, nas relações entre sujeitos e nas práticas decorrentes. Frohlich e Lopes (2018, p. 997) referem que “a proliferação das políticas operou mudanças nas formas de entender e



efetivar os processos de escolarização das pessoas com deficiência”, promovendo garantias dos direitos. Por outro lado, chamam atenção aos efeitos enquadreadores produzidos por meio das práticas de diagnosticar, avaliar e escolarizar as pessoas com deficiência (Frohlich; Lopes, 2018).

Entendemos que nosso papel é também suspeitar de discursos que se apresentam em uma linguagem de incentivo à prática de direitos, em uma relação social igualitária. Todavia, para além disso, devemos nos desafiar a pensar sobre práticas de classificação e in/exclusão que se mantêm impregnadas, especialmente no discurso da escola para todos, sob a bandeira de minimizar as desigualdades.

## **Estratégias para a aprendizagem**

O terceiro eixo foi organizado com três estudos pela relação com as estratégias para a aprendizagem (Nascimento, 2019; Ramos, 2019; Sturmer, 2019). Esse eixo se aproxima do intento desta revisão, por tratar do tema da aprendizagem; contudo, afasta-se um pouco da perspectiva teórica que inspira a revisão, situada nos estudos pós-estruturalistas.

A pesquisa intitulada “Por uma inclusão escolar artesanal: para além da técnica, uma ética educativa” (Nascimento, 2019) tematiza a inclusão escolar das crianças com Transtorno do Espectro Autista. Sob o olhar da psicanálise, a pesquisadora chama a atenção para os processos de inclusão, que muitas vezes estão relacionados a uma ação social do “tem que incluir”, negligenciando os aspectos singulares que constituem uma criança. A autora enfatiza a importância da inclusão “artesanal”, que precisa ser vivida de forma diferente de uma inclusão em série (característica industrial).

A pesquisadora cita a Declaração de Salamanca, redigida em 1994 na Espanha, como um marco a partir do qual o movimento inclusivo passou a ganhar notoriedade mundial, além de mencionar vários regulamentos legais no Brasil, decorrentes deste marco. Ela alerta para o fato de que, atualmente, as pessoas são classificadas em “pacotes”, com etiquetas médicas que frequentemente impõem as estratégias inclusivas que devem ser adotadas pela escola, comprovando uma compreensão superficial diante das políticas de inclusão.

O olhar da pesquisadora voltou-se para o processo de inclusão escolar de dois estudantes diagnosticados como autistas. Estes foram acompanhados por seis Acompanhantes Terapêuticos Escolares durante um período de três a cinco anos letivos, na cidade de Salvador/BA, a fim de possibilitar investimento nos estudantes enquanto sujeitos. A autora ainda problematiza a noção da diversidade presente no movimento pela inclusão escolar pelas frágeis construções nas instituições.

A artesanaria no apoio à inclusão para problematizar processos de normalização e de in/exclusão: um estudo de revisão bibliográfica

Defende que é pela via da educação artesanal que se pode “criar e cultivar aberturas e espaço para a instauração do ato educativo” (Nascimento, 2019, p. 200), e isto não exige uma atitude técnica, mas sim uma atitude ética, construindo os processos inclusivos “caso a caso”.

Este foi o único estudo encontrado que se aproxima do descritor “artesanaria”, ao designar o ato educativo na educação inclusiva, de forma a pensar a aprendizagem como “artesanal” enquanto processo singular, na contramão da formação massificante. Todavia, é importante frisar que a noção de artesanaria proposta por Sennet (2013) abrange não somente o fazer com o outro, mas também o exercício de pensar com o outro (e não para o outro).

A pesquisa intitulada “Dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental: análise dos encaminhamentos escolares à equipe multidisciplinar da Educação”, de Stürmer (2019), trata de um estudo de caso de três escolas de Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Maravilha/SC. Seu objetivo foi analisar dados da avaliação dos professores de crianças de 1º, 2º e 3º ano com indicativos de dificuldades de aprendizagem que foram encaminhados para equipes multidisciplinares, em especial nos anos de 2016 e 2017.

Sua intenção era discernir a ideia de dificuldade de aprendizagens que estes profissionais tinham constituído ao encaminhar as crianças para atendimentos. Os estudos de Vygotsky embasaram as referências desta pesquisa, que realizou entrevista semiestruturada com nove professores que fizeram encaminhamentos nos respectivos anos.

Na sua análise, Stürmer (2019) refere que em Santa Catarina, nos anos analisados, houve aumento nos índices de aprovação, porém este aumento não estava vinculado ao direito de aprender. Também evidenciou dificuldade de aprendizagem crescente em um número expressivo de crianças, as quais eram encaminhadas para atendimentos extraclasse. Tendo como base a sua própria formação, a pesquisadora declara em sua tese a importância de os espaços escolares organizarem o processo formativo dos alunos, com foco na aprendizagem das crianças, enfatizando a atuação do professor como fundamental para este processo.

Com base nos estudos da teoria histórico-cultural, a autora afirma que não devemos observar apenas os aspectos biológicos da criança no processo de aprendizagem, mas também todas as relações que a envolvem. Assim, compreende que a criança com dificuldades em seu processo necessita de um olhar criterioso, inclusive de seu próprio professor.

Vale destacar que a pesquisa de Stürmer (2019) estabelece relação com este estudo de revisão ao enfatizar a aprendizagem e suas relações. Contudo, distancia-se em alguma medida ao se embasar



na perspectiva histórico-cultural, inspirada em Vygotsky. Nesse sentido, o estudo traz contribuições para o contexto escolar ao evidenciar o sujeito aprendente e suas relações, assim como o papel da escola nesse processo. Por outro lado, problematizamos a dificuldade de aprendizagem como algo a ser superado, pois a entendemos no contexto do discurso que, inspirado em Foucault (2002), constitui práticas que criam o que narram, ou seja, invenções da norma social.

O último estudo intitula-se “Criança e subjetividade: Um estudo sobre a prática pedagógica na mediação do conhecimento escolarizado”, de autoria de Ramos (2019). A pesquisa tem como interesse analisar a prática pedagógica na mediação do conhecimento escolarizado, identificando evidências de mudanças na constituição da subjetividade da criança no espaço da sala de aula. O texto busca embasamento em Vygotsky, com a abordagem histórico-cultural do desenvolvimento humano, a partir da qual entende que a constituição humana se dá em um processo mediado pela cultura e pela linguagem.

Numa abordagem qualitativa do tipo etnográfica, em uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública, realizou observação, entrevista não dirigida, registro em diário de campo e narrativa de episódios. O estudo evidenciou os processos de subjetivação em um contexto de sala de aula através das relações cotidianas estabelecidas. A autora ainda descreve a importância de a escola possibilitar que “a criança se reconheça em meio às significações e possa adquirir novos conhecimentos, constituindo sua subjetividade” (Ramos, 2019, p. 17), pois é na interação com o outro que suas vivências são interpretadas e reveladas, enchendo-se de significados e sentidos.

Assim, Ramos (2019, p. 130) considera que “o estudo possibilitou analisar a prática pedagógica do professor na mediação do conhecimento escolarizado, identificando evidências de mudanças na constituição da subjetividade da criança no espaço da sala de aula”. A autora salienta ainda a influência da cultura (meio social) na constituição da subjetividade da criança, ou seja, a escola é um espaço de essência diante destes processos.

Essa pesquisa tem estreita relação com o estudo anterior de Stürmer (2019), ao defender o investimento pedagógico que as escolas devem fazer em favor da aprendizagem e da superação da não aprendizagem. Ela toma a escola como espaço de mediação para a aprendizagem; contudo, entendemos que o próprio ato de mediar não está isento dos regimes de verdade que permeiam a escola, os quais definem lugares de chegada para os estudantes por meio de seus currículos.

Dos três estudos, a pesquisa de Nascimento (2019) foi elencada a partir do descritor “artesanaria”, que discute a importância de promover a aprendizagem na relação artesanal, defendendo a singularidade nesse processo, em contraponto às práticas homogeneizadoras. Sennet (2013) contribui

A artesanania no apoio à inclusão para problematizar processos de normalização e de in/exclusão: um estudo de revisão bibliográfica com essa problematização, pois, ao dizer que todos são iguais, pode-se estar expressando uma visão de mundo que busca neutralizar a diferença e domesticá-la, o que se confunde com a cultura econômica do consumidor global. “Uma consequência disso é o enfraquecimento do impulso de cooperar com aqueles que permanecem irredutivelmente ‘outros’” (Sennett, 2013, p. 19).

Os outros dois estudos enfatizam a aprendizagem, considerando que a escola é o espaço que deve promover a mediação entre sujeito, cultura e linguagem e colocam a escola nesse lugar de atenção às relações entre o sujeito que aprende e o meio. Entendemos serem de suma importância as discussões desses estudos, uma vez que elevam a possibilidade de ampliar práticas interativas para um aprendizado significativo. Entretanto, queremos nos aliar a Lockmann (2014, p. 288) para pensar a aprendizagem como uma das formas de governo do sujeito na contemporaneidade, quando a escola dá ênfase às “formas de ser, de se conduzir e de se comportar em detrimento dos conhecimentos escolares”.

Ao entender a aprendizagem como governo no processo de subjetivação, há que se problematizar que a desejada mediação para a promoção da aprendizagem é também um elemento dessa lógica, que demanda olhar contestador de verdade.

## **Considerações finais**

Este artigo teve como objetivo analisar discussões que problematizam o discurso da não aprendizagem e os processos de normalização e de in/exclusão por meio de um estudo bibliográfico em dois repositórios de trabalhos acadêmicos.

Os resultados foram organizados em três eixos analíticos: processos de subjetivação e de normalização; políticas educacionais e processos de in/exclusão; estratégias para a aprendizagem. As pesquisas descritas nesta revisão trazem problematizações pertinentes, ao enfatizarem as práticas de subjetivação dos sujeitos escolares, seja pela aprendizagem, pelo corpo ou pela mediação docente. São estudos que de algum modo têm uma interface com a educação inclusiva e desafiam a escola a lançar outros olhares e desconstituir processos normalizadores.

As leituras analisadas nesta revisão também salientam a importância das relações presentes nas instituições de ensino, para que estas possam ser lugares onde a aprendizagem aconteça singularmente. Nesse sentido nos desafiam a colocar os discursos em suspeição, desconfiando das narrativas e dos saberes que instituem classificações do tipo “não aprendeu”, “não contempla”, “não apto”, entre outros marcadores. Contribuem ainda para tensionar as políticas de inclusão que se

colocam como generalistas, por meio de processos de subjetivação que se apresentam como voltados para as singularidades e necessidades, mas se pautam em parâmetros e lugares de chegada alinhados a processos normalizadores.

A partir das leituras encontradas no processo de revisão de literatura, reforçamos a impossibilidade de um lugar neutro, pois diante de tantas tramas que enredam uma cultura, de tantos movimentos de poder, há de se provocar exercícios de resistência, mesmo que miúdos, mesmo que regulados, tensionando o que é dito como normal em uma sociedade moldada pela ideia de modelos sociais produtivos. As escolas, assim, também precisam se desafiar a pensar sobre suas intencionalidades e os discursos que as sustentam, inquietando-se sobre a maquinaria que a concebe, ao mesmo tempo abrindo-se ao fazer cooperativo (com o outro, e não para o outro) em processos de artesanaria.

## Referências

AZEVEDO, Bruno L. G. **Educação inclusiva**: a deficiência como resistência acontecimental. 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/2c64e559-e115-43bf-930a-b9513bd15216/content>. Acesso em: 2 mar. 2024.

CAPELLINI, Márcia. **Educação especial e políticas públicas**: construindo narrativas sob a perspectiva dos estudos culturais. 2021. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Aquidauana, 2021. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/8857>. Acesso em: 2 mar. 2024.

CHAGAS, Guilherme B. **O projeto acreditar é investir**: os processos de in/exclusão e as estratégias de governo no CAIC/FURG. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande (FURG, Rio Grande, 2019. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000013057.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso dado no Collège de France (1974–1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso dado no Collège de France (1975–1976). Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção tópicos).

FROHLICH, Raquel; LOPES, Maura Corcini. Serviços de apoio à inclusão escolar e a constituição de normalidades diferenciais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 63, p. 995–1008, out./2018. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X33074>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33074>. Acesso em: 2 mar. 2024.

A artesanaria no apoio à inclusão para problematizar processos de normalização e de in/exclusão: um estudo de revisão bibliográfica

LAZZAROTTO, Katiâni do Carmo. **O que pode a escola?** Um olhar sobre práticas inclusivas e vidas vulnerabilizadas. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2022. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/28328/DIS\\_PPGEDUCA%c3%87%c3%83O\\_2022\\_LAZZAROTTO\\_KATI%c3%82NI.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/28328/DIS_PPGEDUCA%c3%87%c3%83O_2022_LAZZAROTTO_KATI%c3%82NI.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 2 mar. 2024.

LOCKMANN, Kamila. As práticas de in/exclusão na escola e a redefinição do conhecimento escolar: implicações contemporâneas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 54, p. 275–292, out./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.34677>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/p3SZJvFRTm6QK6m7rTdc9gB/?format=pdf>. Acesso em: 2 mar. 2024.

LOPES, Maura. C.; FABRIS, Eli H. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOPES, Maura C.; RECH, Tatiana Luiza. Inclusão, biopolítica e educação. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 201–219, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12942>. Acesso em: 2 mar. 2024.

MATOS, Maria Angélica P. **Biopolítica e Educação**: desafios da inclusão escolar das pessoas com deficiência no neoliberalismo. 2019. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/71fed477-d71d-4ca3-ba9d-3111caaf8d83/content>. Acesso em: 2 mar. 2024.

NASCIMENTO, Verônica G. **Por uma inclusão escolar artesanal**: para além da técnica, uma ética educativa. 2022. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Université Paris 8, Paris, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31373/1/VER%C3%94NICA%20NASCIMENTO%20PDF.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2024.

RAMOS, Sirlane de J. D. **Criança e subjetividade**: um estudo sobre a prática pedagógica na mediação do conhecimento escolarizado. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará (UFPA), Cametá, 2019. Disponível em: <https://sigaa.ufpa.br/sigaa/verProducao?idProducao=537708&key=ffc52fbbc79056c03eec3496e0487ed1>. Acesso em: 2 mar. 2024.

SENNET, Richard. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SENNET, Richard. **O artífice**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SILVA, Raquel S. **A constituição do sujeito aluno no espaço escolar**: processos de subjetivação e de inclusão. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2017.

SILVA, Kácio dos S. **Aprender com a diversidade**: narrativas de um corpo para além da sala de aula. 2019. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2822/DISSERTA%20K%20C%20CIO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 mar. 2024.

STÜRMER, Patrícia A. **Dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental**: análise dos encaminhamentos escolares à equipe multidisciplinar da educação. 2019. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Francisco Beltrão, 2019. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4406/5/Patr%20Adcia%20Aparecida%20St%20bcrmer%202019.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2024.

VARELA, Julia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Maria Vorraber (org.). **Escola Básica na virada do século**: cultura, política e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 73–106.

VICENTE, Patrícia de A. de O. **Políticas públicas de Educação Inclusiva**: estratégias e visibilidades presentes em sua efetivação. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), Osório, 2020. Disponível em: [https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3006/\\_patraicia\\_de\\_andrade\\_de\\_oliveira\\_vicente\\_-\\_2020.pdf?sequence=-1&isAllowed=y](https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3006/_patraicia_de_andrade_de_oliveira_vicente_-_2020.pdf?sequence=-1&isAllowed=y). Acesso em: 2 mar. 2024.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura C. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve**, São Paulo, v. 20, p. 121–135, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/14886>. Acesso em: 13 nov. 2022.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 06/07/2024

Aprovado em: 01/12/2024